POVOS CHIQUITANOS DA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA, O MUNICÍPIO DE CÁCERES: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Maria Domingas de Souza (SEDUC/PPGL-UNEMAT) – maria.domingas@unemat.br
Edineia Natalino da Silva Santos (PPGE-UNESP/Rio Claro) – edineianatalino@gmail.com
Claudineia Marinho das Flores Costa (SEDUC/PPGL-UNEMAT) – neiaflores7@gmail.com
GT 4: Educação e Povos Indígenas

Resumo:
Este artigo objetiva detalhar alguns aspectos sociolinguísticos e culturais dos Chiquitanos e assim contribuir para uma ressignificação identitária desse povo que possui rica cultura linguística, histórica e social. Esse detalhamento será baseado em pesquisa bibliográfica, dissertação de mestrado e tese de doutorado a respeito das formas de socialidade dos Chiquitanos que habitam a região de Cáceres/MT, município fronteiriço com a Bolívia. Dialogaremos com Charupá (2002), Bortoletto da Silva (2007, Costa (2020), Laraia (2001), Albó (1991) e a página de internet dos "Povos Indígenas no Brasil" (https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Chiquitano). Apresentaremos algumas características dos Chiquitanos cujo significado é "pequeno" e designa os vários grupos localizados na zona de transição entre o Chaco Boreal e as selvas pantanosas que se estendem até o Amazonas. Na Bolívia, o Chiquito provavelmente seja a quarta língua indígena mais falada (depois do Quéchua, do Aimará e do Chiriguano), com estimativas que variam entre 40 a 60 mil falantes, dependendo das fontes. A língua Chiquito é resultado de um complexo processo histórico em que falantes de várias línguas indígenas que conviveram com os jesuítas, entre 1680 a 1787. Cáceres/MT, por ser vizinha a Bolívia, possui população compostas por pessoas pertencentes a essa etnia.
Palavras-chave: Chiquitano, cultura indígena, sociedade, aspectos linguísticos

Introdução

O município de Cáceres, em 1778, foi fundado por 78 famílias de nativos Chiquitanos, elementos étnicos muito presentes na constituição da população de Cáceres. Estudar o Chiquitano significa refletir sobre nossa (povo cacerense) realidade cultural étnica sobre as relações sociais, econômicas e linguísticas numa região conflituosa, haja vista que Cáceres se localiza numa região de fronteira.

Na obra de Dom Galibert, citada por Dom Máximo Biennés há referências aos Chiquitanos no Brasil, tratando-os como "habitualmente ignorantes":

> A população fronteiriça, de Cáceres à Vila Bela, é composta em geral de Chiquitos, habitualmente muito ignorantes, porém prontos para receberem os sacramentos (apud Biennés, 1987:109). Em toda a fronteira, há uma imigração de índios Chiquitos (Chiquitos, Moxos) vindos da Bolívia. São batizados e animados de um espírito religioso excelente: simples e obedientes como crianças, constituem eles um elemento muito aproveitável, não fosse o

> obstáculo da língua, que não permite por enquanto, instruí-los. (GALIBERT apud BIENNÉS, 1987, p. 108-109).

Apenas por esse fragmento, percebemos alguns aspectos da diversidade sociocultural dos Chiquitanos que na citação acima são denominados “Chiquitos”, bem como da sua questão linguística. E evidencia-se também a intenção de dominação, ou seja, os religiosos queriam intervir para dominar, ou seja, “produzir apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que “deve” submeter-se ao branco, que “deve” reconhecer a autoridade do branco”. (ORLANDI, 1990, p.66).

Conforme a página na internet dos Povos Indígenas no Brasil: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Chiquitano, na região de Cáceres há várias comunidades as quais estão espalhadas em uma vasta região fronteiriça, somando cerca de 29 estabelecimentos organizados de acordo com sete eixos ou núcleos principais agrupados de acordo com a distância entre os estabelecimentos, laços de parentesco, trocas e festas.

1. **Núcleo Limão:** com quatro estabelecimentos, sendo dois deles na beira da estrada e um em área do destacamento militar;
2. **Núcleo de Fortuna:** com três estabelecimentos, todos eles em áreas de destacamento militar;
3. **Núcleo de Osbi:** com sete estabelecimentos, um deles próximo a um destacamento militar;
4. **Núcleo de Palmarito:** com cinco estabelecimentos, dois deles em área de destacamento militar;
5. **Núcleo Roça Velha:** com dois estabelecimentos, sem relações com o exército, porém já bastante despovoados, com muitas famílias morando em Porto Espiridião e/ou Cáceres;
6. **Núcleo de San Fabiano:** com cinco estabelecimentos e apenas um com relações diretas com o exército, é considerado o núcleo mais tradicional e mais fechado para o mundo exterior;
7. **Núcleo de Bocaina:** com três estabelecimentos muito próximos uns dos outros.

Por isso, nosso objetivo com este artigo é detalhar, através da pesquisa bibliográfica, alguns aspectos sociolinguísticos e culturais dos Chiquitanos da região de Cáceres e assim contribuir para uma ressignificação identitária desse povo que possui uma rica cultura linguística, histórica e social e necessita de ajuda.

2. Os Povos Chiquitanos

Para discorrermos sobre os Chiquitanos vamos dialogar com a obra do historiador boliviano Roberto Tomichá Charupá (2002): *La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691*-1767), em que o autor narra como os Chiquitos se organizavam nas Reduções/Missões, compostas por populações de origens étnicas diversas.

Um outro trabalho deveras importante é a tese *Os Chiquitanos de Mato Grosso - um estudo das classificações sociais em um grupo indígena de fronteira Brasil - Bolívia*, da antropóloga Renata Bortoletto da Silva (2007), que oferece uma análise etnográfica dos Chiquitano que habitavam e ainda habitam a região da fronteira entre a Bolívia e Brasil. Seu estudo reafirma que as populações das reduções da província de Chiquitos eram compostas de várias etnias indígenas, que num processo de mestiçagem resultaram nos atuais Chiquitanos.

Também interessante é a dissertação de mestrado realizada em 2020, de Luciana Martinez De Oliveira Costa, *A presença de povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778-1874): uma abordagem de temática indígena na educação básica* tem como objetivo identificar a participação desses povos indígenas no cotidiano de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, abordando relações históricas e culturais do contato entre aqueles povos indígenas e não indígenas durante e depois da colonização portuguesa.

Em relação às culturas indígenas, Silva e Costa (2018) ressaltam que os povos indígenas são compostos por uma diversidade sociocultural, com saberes e organizações próprios e, por isso, merecem respeito:

> Respeitá-la é importante, não porque deva interessar aos não índios "preservar" as culturas indígenas - algo impensável quando se percebe as culturas perpetuamente ressignificadas e reelaboradas pelos grupos humanos –, mas porque esse respeito interessa, sobretudo, às próprias sociedades indígenas. Além disso, o reconhecimento da diversidade é uma marca das democracias e da educação para a cidadania. (SILVA; COSTA 2018, p. 18).

As culturas dos indígenas que originaram os povos denominados pelos espanhóis como Chiquitos (pequenos), eram diversificadas e compreendiam especificidades.

A falta de conhecimento sobre a história de contato desse povo com os colonizadores europeus, especialmente nos currículos escolares, ocasiona uma generalização de sua cultura. Principalmente, quando os Chiquitano foram reunidos nas missões jesuíticas ao longo dos anos de 1691 a 1767, formando o topônimo[1], Chiquitano.

O antropólogo Aloir Pacini, em seu estudo *As identidades Chiquitanas em perigo nas Fronteiras* (2019) considera que a cultura dos povos indígenas que formaram o Chiquitano só pode ser "[...] compreendida a partir do momento em que se compreende os contextos das relações interétnicas subjacentes nestes *pueblos misionales* e dos meios sociais das aldeias" (PACINI, 2019, p. 8).

Na tentativa de entender essa denominação, Chiquitano, que subdividem-se em outros topônimos, encontramos no trabalho do historiador Roberto Tomichá Charupá (2002): *La Primeira Evangelización Em Las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691 - 1767)*, as informações que situam os territórios de Chiquitos indicado as províncias bolivianas de *Ñuflo de Chavez, San José de Chiquitos, José Miguel de Velasco, Angel Sandoval e Germán Busch* no Departamento de Santa Cruz. De acordo com o autor, a província de Chiquitos localizava-se nas terras baixas do Oriente da Bolívia, fazendo fronteira com a capitania portuguesa de Mato Grosso, ou seja, na fronteira Oeste do Brasil.

Neste imenso território viviam mais de uma centena de povos indígenas antes dos colonizadores espanhóis chegarem. Assim, a denominação Chiquitos corresponde com a localização geográfica que os jesuítas espanhóis descreveram no início do século XVIII:

> [...] al Norte, las colinas situadas por el río Iténez o Guaporé, hacia los 15° de latitud; al sur, los llanos del Chaco Boreal con los cuales se confundia, hacia los 20° de latitud sur; al este, la región de Matogroso, separada por el lago de los Xarayes y el río Paraguay, a 320° de longitud este de Hierro (62° 40' de longitud oeste de Greenwich)[2]. CHARUPÁ, 2002, p. 210).

Todavia, a partir do final do século XVII, mais de 50 etnias indígenas foram aldeadas em reduções (missões) pelos jesuítas espanhóis, como Chiquitos. As reduções faziam parte da estratégia de colonização realizada pela coroa espanhola para explorar o espaço geográfico e humano, além de fazer frente aos interesses portugueses nessa região.

---

[1] Nome próprio de um lugar, sítio ou povoação (ex.: Lisboa, Brasil, Nampula *são topônimos*). Em: Dicionário Priberam: https://dicionario.priberam.org/top%C3%B4nimo

[2] Tradução: **"**[...] ao Norte, as colinas situadas pelo rio Iténez ou Guaporé, aos 15° de latitude; ao sul, os ilanes do Chaco Boreal com os quais se confundia, aos 20° de latitude sul; ao este, a região de Mato Grosso, separada pelo lago dos Xarayes (pantanal) e o rio paraguay, a 320° de longitude este de Hierro (62° 40' de longitude oeste de Greenwich)" (CHARUPÁ, 2002, p. 210 - https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate)

Mas, quem são estes povos indígenas transformados em Chiquitanos? No desenvolvimento de sua pesquisa, Charupá (2002) analisou relatos de missionários espanhóis sobre os diversos grupos étnicos desta região "[...] la región chiquitana fue poblada por numerosos grupos indígenas siendo muy difícil sino imposible de completa identificación de cada una de las etnias que la habitaban.[3]" (CHARUPÁ, 2002, p. 219).

Percebemos que nas fontes historiográficas referentes ao povo Chiquitano existiam numerosos grupos de povos indígenas que habitavam a Província de Chiquitos, que até o momento os pesquisadores de História e Antropologia não conseguiram identificar ainda todos os povos indígenas que viviam na região.

Um dos fatores que contribuiu para dificultar a identificação dos diversos povos indígenas desta região corresponde à forma como os conquistadores espanhóis teriam denominado esses povos que pertenciam a vários grupos étnicos do planalto de Chiquitos ou Chiquitano. Conforme Charupá (2002), essa maneira genérica de chamá-los resultou na seguinte classificação:

> En otras palabras, llamamos "chiquitanos" a todos los nativos reducidos que, *prescindiendo* de la propia nación o cultura de origen y después de un período de aculturación, reducional, incorporaran la lengua chiquita como medio de comunicación habitual. Por el contrario, como ya se ha dicho, llamamos "chiquitos" a aquellas etnias que ya antes de su conversión a la fe cristiana hablaban la lengua chiquita[4] (CHARUPÁ, 2002, p. 231).

Esse autor ainda defende a ideia de que apenas um dos grupos indígenas reduzidos pelos jesuítas era chamado de Chiquitos e falavam esta língua. Porém, indistintamente nas reduções, foram reunidos com outros povos que também passaram a ser chamados de Chiquitos, e aprenderam a se comunicar na língua destes. Charupá encontrou nos registros dos colonizadores espanhóis, nomes de vários grupos indígenas que viveram na Província de Chiquitos antes da chegada desses colonizadores.

Assim, Charupá (2002), ao pesquisar estudos do jesuíta Lorenzo Hervás que trabalhou nas reduções de Chiquitos, existiam quatro dialetos de língua Chiquita. Em suas palavras:

> Em base de estos informantes, Hervás distingue al menos cuatro dialectos de la lengua chiquita: el dialecto tao considerado como el más universal; el

[3] Tradução: "[...] A região chiquitana foi povoada por numerosos grupos indígenas sendo muito difícil senão impossível de completa identificação de uma das etnias que a habitavam." (Tradução realizada no Google Tradutor (do espanhol para o português): https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate

[4] **Tradução**: **"**Em outras palavras, chamamos "chiquitanos" a todos os nativos reduzidos que, prescindindo da própria nação ou cultura de origem e depois de um período de aculturação reducional, incorporaram a língua chiquita como meio de comunicação habitual. Do contrário, como já foi dito, chamamos "chiquitos" a aquelas etnias que já antes de sua conversão a fé cristã falavam a língua chiquita" (CHARUPÁ, 2002, p. 231 - https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate)

> dialecto piñoco; el dialecto manasí; y por último el dialecto penoquí, que se diferenciaba notablemente de los tres anteriores[5]. (CHARUPÁ, 2002, p. 242).

A partir da narrativa de Hervás, o estudioso Charupá[6] (2002, p. 253) afirma que possivelmente existiram outras etnias pertencentes à mesma família linguística; contudo frisou as dificuldades para averiguá-lo com precisão. Também destaca a existência de outros povos indígenas, além das etnias chamadas de Chiquitas que também compunham as reduções. Evidenciou outras cinco línguas faladas nesta região, além da língua Chiquita, dentre elas "[...] Arawaca, Chapacura, Guaraní, Otuqui, Zamuca." (CHARUPÁ, 2002, p. 260).

De maneira especial, havia uma diversidade de grupos indígenas na Província de Chiquitos e, provavelmente muitos viviam dispersos. No entanto, com a chegada do colonizador, uma das primeiras consequências negativas aos povos indígenas foi à imposição do regime de trabalho conhecido como *encomienda* (encomenda), seguido da escravização e depois a criação de reduções jesuítas. Nas reduções vários grupos étnicos eram forçados a viver juntos no mesmo espaço colonial.

Arruda (2011, p. 103), assim como, Charupá (2002) demonstra que no final do século XVII, os jesuítas fundaram na Província de Chiquitos dez Missões entre os anos 1691 a 1760: São Francisco Xavier (1691), São Rafael (1696), São José de Chiquitos (1696 e 1698), São João Batista (1699 e 1716), Concepción (1709 e 1722), São Miguel (1721), São Ignácio de Chiquitos (1748) Santiago (1754), Santa Ana (1755) e Santo Coração de Jesus (1760).

A história de contato dos povos indígenas Chiquitano com os não-indígenas é importante, pois ela indica a participação e o protagonismo dos povos indígenas na História do Brasil e, nesta região do Estado de Mato Grosso, teve relevante destaque no povoamento de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, ou seja, Cáceres, e, sem dúvida, contribuíram em várias atividades cotidianas que envolvem práticas sociais, culturais e econômicas desse município, isso podemos perceber em Galibert apud Biennés (1987):

> A população fronteiriça, de Cáceres à Vila Bela, é composta em geral de Chiquitos, habitualmente muito ignorantes, porém prontos para receberem os sacramentos (apud Biennes, 1987:109). Em toda a fronteira, há uma imigração de índios Chiquitos (Chiquitos, Moxos) vindos da Bolívia. São batizados e animados de um espírito religioso excelente: simples e obedientes como crianças, constituem eles um elemento muito aproveitável, não fosse o

[5] **Tradução "**Com base nestes informantes, Hervás distingue pelo menos quatro dialetos da língua chiquita: o dialeto *tao* considerado como o mais universal; o dialeto *piñoco*; o dialeto *manasí*; e por último o dialeto *penoquí*, que se diferenciava notadamente dos três anteriores." (CHARUPA, 2002, p.242 - https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate)

> obstáculo da língua, que não permite por enquanto, instruí-los. (GALIBERT apud BIENNÉS, 1987, p. 108-109).

Em termos de referencial sobre manifestações culturais desses indígenas, recorremos ao conceito de cultura do antropólogo Roque Laraia (2001), ao afirmar que a cultura não é estática, mas dinâmica. Nas relações culturais as mudanças podem ocorrer de forma interna e externa.

Conforme o autor, as mudanças que ocorrem internamente são consideradas mais lentas, porque acontecem entre os membros de um mesmo grupo, com suas próprias experiências. As externas seriam "[...] o resultado do contato de um sistema cultural com um outro" (LARAIA, 2001, p. 96). No entanto, a segunda podem ser mudanças de forma rápida, brusca e traumática ou de forma lenta e menos radical. Laraia também aponta que até meados do século XX, antropólogos e historiadores acreditavam que estas mudanças culturais internas e externas, levariam a aculturação dos povos indígenas provocando o seu desaparecimento.

Entretanto, o conceito de aculturação como domínio de uma cultura sobre outra passou a ser contestado por teóricos como John Manuel Monteiro (1995), João Pacheco de Oliveira (2006) e outros. Maria Regina C. de Almeida (2010, p. 25) afirma que, "percebe-se que os movimentos indígenas da atualidade somados aos novos pressupostos teóricos da história e da antropologia conduzem ao abandono de antigas concepções que contribuíram para excluir os índios de nossa história".

Repensar os contatos entre os povos indígenas e os colonizadores, a partir de impactos na cultura dos povos indígenas tornou-se um desafio para a história indígena, ou seja, a inclusão destes na História do Brasil e das Américas. Partimos do princípio de que estes povos se reorganizaram perante o projeto de conquista e colonização de portugueses e espanhóis.

Oliveira e (2006) argumentam que os povos indígenas se movimentavam geograficamente para sua sobrevivência e os colonizadores e viajantes não compreendiam as táticas utilizadas pelos povos indígenas. Afirmam que os conquistadores europeus "[...] pouco compreendiam como os índios se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português." (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 22).

Nesta situação não se pode separar a conquista do domínio territorial da conquista das populações que nele viviam, pois invocou o direito internacional do *uti possidetis*[7], princípio que estabelece que aquele que ocupa um território é seu proprietário através do Tratado de Madri assinado entre as coroas baseava-se no domínio efetivo da ocupação e uso da terra. De maneira expansionista, as coroas transformavam também os povos originários em parte desse domínio.

Um dos primeiros registros documentais da conquista da fronteira Oeste por Portugal Ata de Fundação de Vila Maria, que por ordem do capitão-general Luiz de Albuquerque, foi redigido por Domingos Ferreira da Costa, cuja redação desse documento oficial indicava a presença de 78 indígenas provenientes de Chiquitos, além de algumas outras pessoas da sociedade local, mas somente algumas pessoas assinaram o Termo de Fundação.

Entre os que assinaram destacamos o proprietário da Fazenda Jacobina, Leonardo Soares de Souza. Segundo Mendes (2009, p. 31), "[...] a Jacobina é contemporânea da fundação de Cáceres [...] Vila Maria do Paraguai". Além dele também assinou o Soldado Dragão Manoel Gonçalves Ferreira, que aparece citado em outro documento escrito por Antônio Pinto do Rêgo e Carvalho e datado do dia 08 de março de 1779, transcrito por Sousa (2013, p.127). Carvalho também informa que o soldado Manoel Gonçalves Ferreira estava casado com uma índia do povoado, sem informar a etnia.

A partir da Ata de Fundação, cujo documento manuscrito foi produzido na data que corresponde a 06 de outubro de 1778 e, que simboliza oficialmente a fundação do novo povoamento denominado Vila Maria do Paraguay. Consideramos que esse é um registro importantíssimo, visto que proporcionou a visibilidade dos povos indígenas Chiquitanos citados com ênfase no documento, sendo originários da Província de Chiquitos e, outras correspondência destacam que os primeiros Chiquitanos seriam provavelmente das Missões espanholas São João, São Rafael e Coração de Jesus, que foram recebidos anteriormente (21 de junho de 1778) no Registro de Jauru. Roberto Tomichá Charupá (2002, p. 239) informa que "existían numerosas naciones indígenas agrupadas bajo el denominativo común de "Indios Chiquitos"[8] ou simplesmente "Chiquito". Por isso, é

[7] *Uti possidetis* - Princípio de direito internacional, segundo o qual os que de fato ocupam um espaço de determinado território possuem direito sobre o mesmo.

[8] **Tradução:** "Existiam numerosas nações indígenas agrupas sob a denominação comum de "Índios Chiquitos". (CHARUPÁ, 2002, p. 239) - https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate)

importante identificar de quais Missões vieram para a região da fronteira que estava se consolidando naquele momento.

Bortoletto da Silva (2007) classificou os Chiquitanos em subgrupos, destacando aqueles que os espanhóis chamavam Chiquitos que pertenciam a vários grupos étnicos do planalto de Chiquitos. Destaca que os "[...] Chiquitano compunham um conjunto de povos indígenas remanescentes dos outrora chamados Zamucos, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis, Korakaneka, Paunaka, etc. Além dos grupos Chiquitano propriamente ditos" (SILVA, 2007, p. 15).

Entre os indígenas que viveram em Vila Maria e São Luiz, os Chiquitanos foram os que as autoridades e colonizadores portugueses mais registraram nos primeiros anos de Vila Maria. Referem-se a eles, como indígenas fugidos de missões da província de Chiquitos, após os espanhóis expulsaram os padres jesuítas de suas colônias na América. Os novos administradores das reduções provocaram a fuga de muitos indígenas dessa província para o lado lusitano da fronteira entre os dois domínios. Aos Chiquitanos fugidos encontraram-se um novo local para os abrigar, e por outro lado, os portugueses buscaram inseri-los e incorporá-los como mão de obra para a produção na economia local.

A presença de povos indígenas na composição do povoamento de Vila Maria, ainda continuou sendo registrada em outros documentos oficiais; como por exemplo, numa correspondência datada de 20 de novembro de 1778, do então governador Luiz de Albuquerque, na qual solicitava ao Rei que enviasse colonos lusos para compor a população das vilas, pois segundo o governador era *notória falta de habitantes.* O documento foi publicado na Revista Trimensal do IHGB (1865):

> Pelo que tudo, se Sua majestade fosse servida de mandar um certo conduzir um número, que parecesse, de familiares brancas pela via do Pará, ou aliás do Rio de Janeiro em direitura aos rios de S. Paulo, [...] que se fizer na civilisação e prestimos d'estes indios selvagens, quasi sempre inconstantíssimos, ferozes e indomaveis, ou d'uma indolência e preguiça sem exemplo [...]. (CÁCERES, Luiz de Albuquerque [1778], 1865, p.111).

De acordo com as correspondências entre as autoridades, a presença portuguesa era ainda escassa para consolidar os domínios lusitanos. Os governantes em nome da Coroa Portuguesa precisavam de pessoas brancas para povoar a Vila de Maria e, de maneira efetiva civilizar os indígenas, ensinando-lhes os serviços, extraindo-os da indolência, preguiça, inconstância, ferocidade e selvageria indomável.

Por este motivo, os portugueses almejavam a presença dos indígenas da província de Chiquitos, que eram considerados indígenas cristãos e habilitados nas missões jesuíticas espanholas, para tanto merecedores do refúgio provisório ou definitivo dos

portugueses. Estes indígenas refugiados já haviam adquirido alguns costumes europeus, como no trabalho em profissões uteis à vida urbana voltada para a produção e comercialização de produtos agrícolas e artesanais.

Os registros de viajantes nacionais e estrangeiros demostram que povos indígenas já habitavam o território da Capitania de Mato Grosso com todas as suas diversidades étnicas, linguísticas, culturais e sociais, muito antes da chegada e do processo de ocupação do colonizador em nome da Coroa Portuguesa e, posteriormente em nome do Imperador brasileiro em terras de domínio dos povos indígenas que, atualmente compreendem parte do estado de Mato Grosso. Essas fontes nos permitem descrever o processo de formação do povoamento e como foi feita a utilização de mão-de-obra de grupos indígenas pelos portugueses no processo de colonização.

A partir desses resultados, podemos verificar que a atual cidade de Cáceres registra em sua história a forte presença do povo indígena Chiquitano, principalmente durante o período compreendido entre 1778-1874, que foram retratados por diversas fontes da historiografia mato-grossense, nacional e internacional na qual verificamos participação ativa nas atividades econômicas em que aparecem os referidos povos.

A colonização do continente americano pelos europeus mostra a necessidade de vasta mão de obra para trabalhar as terras produzindo para o mercado e gerar lucros para os seus colonizadores. Almeida (2010) afirma que no projeto português de colonização na América do Sul os nativos dessas terras eram considerados fundamentais para o sucesso da implantação:

> A Política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deveriam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. As novas aldeias que se criaram próximas aos núcleos portugueses foram, do século XVI ao XIX, o espaço privilegiado para a inserção desses índios na ordem colonial. Desempenharam importantes funções. [...]. (ALMEIDA, 2010 p.71.).

Essa concepção de povoamento, de aldeamento e da composição do trabalho com mão de obra indígena contribui para desconstruir o pensamento capitalista que os indígenas eram e/ou são preguiçosos e indolentes.

Em relação a temática do trabalho indígena, o antropólogo Júlio Cezar Melatti (1972), ressalta:

> É muito comum se ouvir dizer que os índios são indolentes. Mas como se pode acusar os indígenas de ociosidade se dedicaram grande parte de seu tempo às tarefas destinadas a garantir seu alimento? Além de caçar, pescar, coletar, plantar, criar animais, os índios têm também de fabricar os instrumentos que servem para produzir, transportar, guardar ou conservar os alimentos: armas

> de caça, armadilhas, canoas, cestas, potes etc. Graças a seu próprio trabalho é que os indígenas têm sobrevivido até hoje. (MELATTI, 1972, p. 54).

O conceito de indolente ainda persiste para uma parcela da sociedade brasileira em pleno século XXI. Por isso, entendemos que o país ainda tem uma dívida em relação os povos indígenas, por não reconhecer, desrespeitar e desvalorizar a diversidade cultural como riqueza. O preconceito persiste na sociedade e nas escolas quando se referem a eles como povos primitivos, selvagens ou preguiçosos. É a ideia ou concepção do europeu colonial que justificava sua escravização ou morte e virou estereótipo na cultura e, continua justificando as atrocidades praticadas contra os indígenas contemporâneos.

Almeida (2013, p. 2018), estudiosa da temática indígena em – *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* – destacou o papel dos povos indígenas naquela capitania do Rio de Janeiro "[...] a mão de obra indígena foi fundamental nos primeiros séculos de colonização [...]", o que se aplica também na capitania de Mato Grosso.

A historiografia mato-grossense evidencia a utilização dos indígenas para compor e desenvolver novos povoados no projeto de colonização. Nas disputas entre portugueses e espanhóis para demarcar fronteiras, os indígenas Chiquitanos foram atraídos pelos lusitanos.

Giovani José da Silva (200, p. 15) fala que os índios da Chiquitania, antes mesmo dos colonizadores e jesuítas chegarem já praticavam atividades agrícolas e "[...] viviam em grandes aldeias cultivando milho, mandioca, tabaco, diversos tipos de abóboras e outros produtos com um sistema de roça e queima, complementando a dieta alimentar com carne de caça, peixes e vegetais silvestres". Estas práticas agrícolas dos indígenas atraíram e contribuíram com jesuítas na formação das reduções espanholas. Os portugueses perceberam a importância dos Chiquitanos para povoar as terras da fronteira Oeste em formação.

Uma vez que consideravam estes povos indígenas reduzidos já estavam habituados com alguns costumes dos europeus, Jovam Vilela Silva (1995, p. 307) em *Mistura de cores* afirma que "[...]Atrair povoadores indígenas com, conhecimento dos brancos, fáceis de serem removidos e assentados em locais estrategicamente escolhidos, foi bem mais interessante que atrair "índios silvestres."

Tais costumes relacionavam-se com a concepção de trabalho e de alimentação praticadas pelos Chiquitano. Por isso, após fundar Vila Maria no ano de 1778, o governo português também fundou a Fazenda Real Caiçara em 1789, nas proximidades do

povoado recém-criado, com a justificativa de criar gado bovino para alimentar os Chiquitos que lá foram assentados.

A criação extensiva de gado ofertaria carne bovina, alimento rico em proteínas e considerado importante para assegurar a permanência dos Chiquitos em Vila Maria. A Fazenda Real Caiçara também mantinha uma importante criação cavalos, essenciais para o transporte de mercadorias, pessoas e tropas de militares na defesa da fronteira lusitana.

Por outro lado, poderiam fomentar o comércio na região, conforme aponta documentos transcritos por Sousa (2013, p. 37) quando o então governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres determina a criação da fazenda real caiçara "[...] para garantir o sustento dos índios povoadores, com a criação de gado *vacum*, além das roças de milho e algodão". Assim como, outras terras foram destinadas pelo governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para a criação da Fazenda Real Caéte e, no governo de João Carlos Augusto de Oynhasem duas outras fazendas régias foram criadas de Pau-seco e Pantanal, todas com as mesmas funções.

No projeto de colonização, a Coroa Portuguesa para manter a posse de terra na América do Sul, utilizou-se de estratégias como criar povoados e fortalezas militares na fronteira em disputa como os espanhóis. Precisava incentivar a produção de alimentos para ser viável e sustentável o projeto, inclusive também para garantir a permanência de indígenas que foram atraídos pelos lusitanos, mas também do não indígena.

Em Vila Maria, o número de pessoas brancas era insuficiente para fundar e manter o povoado. A alternativa aditada foi atrair indígenas concedendo-lhes terra e trabalho de careciam. Poderiam exercer várias atividades econômicas conforme aponta Cavalcante:

> No caso de Vila Maria, de acordo com a documentação e do olhar de Hercules de Florence nessa vila, os Chiquitano formaram por muito tempo o grosso da população e, juntamente com outros índios integrados como os Bororo, desempenharam inúmeras atividades braçais como serviços de carpintaria, vacaria, pedreiros, oleiros entre outros, como veremos, pagos de diversas maneiras, na vila ou nas fazendas reais e particulares. Nessas fazendas, como a Jacobina, a Caiçara, e a Casalvasco, havia grande criação de gado destinado à produção do charque para a exportação nos séculos XVIII e XIX. (CAVALCANTE, 2015, p. 17).

Os Chiquitano era o povo indígena de mais número na Vila Maria e produziam boa parte de seus alimentos, pois praticavam o cultivo de roçados em suas comunidades e nas missões os jesuítas introduziram outros alimentos que aprenderam a cultivar. Segundo Charupá (2002, p. 301), os próprios Jesuítas elogiaram principalmente os indígenas de

língua Chiquita e não nômades, porque os "[...] chiquitos ocupaban la mitad de la jornada laboral en actividades agrícolas"[9].

Começaram também, similarmente a adotar outras técnicas de produções e ferramentas introduzidas pelo colonizador, além de aprenderem a lidar com a criação de bovinos e cavalo. Estas atividades desenvolvidas pelos Chiquitanos provocaram um interesse ainda maior dos portugueses em mantê-los em seus domínios.

Muitas pesquisas tematizaram Vila Maria (Cáceres), em vários artigos, dissertações e teses acadêmicas citam registros manuscritos e relatos de viajantes sobre os povos indígenas de Chiquitos realizando diversos serviços relacionadas a criação de gado e cavalos (*vacum* e *cavalar*), cultivavam roçados, e exerciam atividades econômicas como: tecelões, pedreiros, carpinteiros e entre outras atividades, no referido município e imediações.

3. Considerações finais

Este artigo apresentou a reflexão acerca da temática do povo indígena Chiquitano habitantes da fronteira Oeste. O arcabouço teórico utilizado abordaram e identificaram de alguma forma a presença dos povos indígenas Chiquitanos na região fronteiriça Brasil-Bolívia, Cáceres-MT.

A pesquisa teve foco nas relações cotidianas da população em Vila Maria, capturando relações étnicas, socioculturais, políticas e econômicas entre indígenas e colonizadores (governantes, proprietários de terras, clero, comerciantes) na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX.

Consideramos importante a trajetória discursiva em que pautamos este trabalho, pois o ensino da Temática Indígena na Escola é uma das abordagens necessárias nas áreas de Linguagem e de Ciências Humanas, em disciplinas como História, Geografia, e Língua Portuguesa, etc., a partir da Lei n.º 11.645/08, da obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica, alterando a Lei n.º 10.639/03, que por sua vez, alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A partir do estudo e escrita da história e cultura dos povo indígena Chiquitano, percebemos que o conhecimento historiográfico pode impedir que o ensino continue

[9] **Tradução:** "[...] chiquitos ocupavam a metade da jornada de trabalho em atividades agrícolas" (CHARUPÁ 2002, p. 301) - https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=rT&sl=es&tl=pt&op=translate

propagando os preconceitos e discriminações em relação aos indígenas e os seus descendentes presentes nas escolas, casas, ruas, universidades.

Essas situações também repercutem significativamente na sociedade, persistindo posições de não-reconhecimento, desvalorização e desrespeito à diversidade étnica e cultural de povos indígenas, principalmente de Mato Grosso. Nesse aspecto, tentam invisibilizar suas riquezas ancestrais, cosmológicas e suas contribuições para a composição étnica do povo brasileiro. Muitas vezes vigoram preconceitos por ausência ou omissão quanto aos conhecimentos oriundos de saberes escolares.

4. Referências

ALBÓ, Xavier. **Los pueblos indígenas del Oriente**. In: CONTRERAS BASPINEIRO, Alex. Etapa de una larga marcha. La Paz: s.ed., 1991.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora.. **Índios Fronteiriços: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873).** Porto Alegre, RS. 2013. Tese (Doutorado em História), UFRS.

BIENNÉS, D. Máximo. **Uma igreja na fronteira**: Diocese de São Luiz de Cáceres, MT. São Paulo, 1987.

BORTOLETTO SILVA, R. **Os Chiquitano de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia.** 2007. 226 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CÁCERES, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. **Fundação de Villa Maria do Paraguay e providenencias para o seu engrandecimento.** Revista Trimestral. Instituto Historico Geographico e Ethographico do Brasil. Tomo XXVIII, 1865. p. 110-117.

CAVALCANTE, Roselli Aparecida. **Fundação de Vila Maria com a Presença Chiquitana: Os Povoadores da Fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)**. Porto Alegre, RS. 2015. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá, R. **La Primera Evangelización en Las reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)**: protagonistas y metodología misional. Cochabamba: Verbo Divino, 2002.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: 2 ed. Editora de Brasília Ltda, 1972.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: História da Administração Municipal**. 2 edição. Cáceres, MT: Unemat, 2009.

ORLANDI, Eni.. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas: Ed da Unicamp, 1997.

PACINI, Aloir. **As identidades Chiquitanas em Perigo nas Fronteiras.** Cadernos IHU ideias São Leopoldo, RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019 V. 17 nº 292.Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/292cadernosihuideias.pdf

PUHL, João Ivo, R**epresentações Indígenas nas Fontes Coloniais para o Estudo de Comunidades Chiquitanas contemporâneas do Oriente Boliviano**, 2007/02.

SILVA, Giovani José; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SILVA, Jovam **Vilela. Mistura de Cores: Política de Povoamento na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII.** Cuiabá: UFMT, 1995.

SOUSA, José Maria. **Manuscritos de Vila Maria: edições fac-similar e semidiplomática**. Cuiabá, MT. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), UFMT.